



TRABALHO DOCENTE E MATERNIDADE NA PANDEMIA: UMA AUTOETNOGRAFIA

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

ALVES; Cândida Beatriz ¹, HAMID; Sônia Cristina ²

RESUMO

Introdução

A atuação de mulheres em espaços públicos, dentre eles a academia, enfrenta obstáculos em função da estrutura patriarcal da sociedade capitalista. Entre as mulheres, aquelas que são mães se deparam com ainda mais dificuldades, tendo em vista que são cobradas a colocar a preocupação e os cuidados em torno de seus filhos acima de outras atividades, como as profissionais. A pandemia de Covid-19 impactou sobretudo as mulheres, podendo-se falar em retrocesso de décadas na participação da mulher no mercado de trabalho, nos espaços acadêmicos e em outros domínios da esfera pública.

A suspensão das atividades presenciais ao longo de boa parte da pandemia exacerbou a sobrecarga materna e acentuou o que alguns autores têm denominado de crise do cuidado [1]. A presença de crianças e adultos em tempo integral dentro de casa, para aqueles que puderam usufruir de *home office*, representou um aumento acentuado nas tarefas domésticas. Isso acirrou a divisão sexual desigual do trabalho, que já era uma realidade, porém era silenciada no interior das famílias e compartilhada com instituições como a escola [2, 3].

A partir dessas inquietações, o objetivo desse estudo foi analisar situações que expressam os conflitos em torno da invisibilização da sobrecarga materna no contexto da pandemia, da forma como vivida por duas mulheres mães e professoras. Para isso, após essa breve contextualização, apresentaremos a proposta metodológica desta pesquisa, que se baseou na autoetnografia, para, então, discorrer sobre os resultados da análise de vivências das autoras deste texto, acadêmicas, professoras e mães.

Metodologia

Esse trabalho é inspirado na proposta da autoetnografia que, embora não tenha uma única definição, tem como pressuposto o uso de memórias, narrativas e experiências pessoais de maneira reflexiva. Trata-se, em alguma medida, de gênero autobiográfico, que descreve fenômenos ou fatos sociais a partir de si mesmo, possibilitando a compreensão da experiência cultural a partir da experiência pessoal [4].

Nesta pesquisa, descreveremos e refletiremos sobre situações que vivenciamos como mulheres mães de duas crianças (cada uma de nós com um casal de 4 e 2 anos), docentes e pesquisadoras do Instituto Federal de Brasília, durante o ano de 2020, momento em que fomos colocadas diante de uma pandemia que matou milhares de pessoas em todo o mundo e que obrigou o sistema educacional a se adaptar ao modelo remoto. A discussão sobre a sobrecarga da mulher trabalhadora e a precarização do trabalho docente será feita por meio da descrição de determinadas situações que vivenciamos ao longo desse período, expondo nossas percepções,

¹ Instituto Federal de Brasília, candida.alves@ifb.edu.br

² Instituto Federal de Brasília, sonia.hamid@ifb.edu.br

sentimentos e estratégias de sobrevivência. A escrita que aqui propomos é experimental e subjetiva, negando, como afirma Gama [5], “a separação entre racionalidades e emoções, dados e análises, Eu e o Outro” (p. 189).

Resultados e discussão

“Se você possui filhos, deixe clara a sua nova rotina para que eles possam compreender e te apoiar”. Foi com essa frase que o Instituto Federal de Brasília (IFB), instituição na qual trabalhamos, direcionou-se, pela primeira vez, em suas postagens, às mães e pais, pouco depois da suspensão das aulas em razão da pandemia da Covid-19 em março de 2020. Tratava-se de material com dicas de *home office* para os servidores da instituição. Logo abaixo da frase, uma mulher impecavelmente arrumada trabalhava em seu computador ao lado do filho, dedicado a desenhar em uma folha de papel.

Essa imagem em nada se assemelhava ao cenário caótico que se estabeleceu nos lares com crianças ao longo dos meses de isolamento social. No entanto, essa imagem, em sua materialidade, passava a mensagem de que aquela cena de harmonia estaria ao alcance de todos, o que era reforçado pelo texto escrito que a acompanhava. Os problemas e as violências embutidas na frase e na imagem eram tantas, que a reação de Cândida ao lê-la foi tremer de raiva, ódio e indignação.

Para nós, dar conta das atividades neste novo cenário parecia impossível. Sem qualquer rede de apoio e sob a pressão de que, a despeito da suspensão das aulas, “não poderíamos parar”, de que a “Instituição não poderia parar”, nos pegávamos limpando a casa enquanto participávamos de reunião; fazendo orientações sob gritos e disputas por brinquedos; dividindo as atenções entre os aprendizados das novas tecnologias para o ensino e as demandas das crianças por atenção, cuidado e afeto. A chuva de reportagens, de conselhos de especialistas, de *lives* com sugestões sobre a maternagem indicava nossa obrigação de atender da melhor maneira a cada uma das demandas das realidades dos nossos filhos. O recado era claro: a maternidade perfeita também não podia parar.

É preciso entender que as exigências que chegavam até nós, como aquelas embutidas no discurso de que não poderíamos parar, reverberavam a preocupação das instituições federais de ensino frente à gestão autoritária e neoliberal do governo vigente que, em meio à crise econômica advinda com a pandemia, reforçava a mobilização da opinião pública contra as Universidades/Institutos e contra os servidores públicos, sobretudo professores. Atacados duplamente, os professores das instituições federais também eram colocados sob constante suspeita por suas escolhas temáticas, metodológicas e políticas.

Diante das ameaças, era preciso mostrar para a sociedade que, apesar de estarmos em casa, estávamos “trabalhando mais do que nunca”, sendo merecedores dos nossos salários, dos investimentos na educação e do reconhecimento de nossa profissão. A demanda por maior produtividade no serviço público terminou por assolar ainda mais aqueles que assumiam a função de cuidadores, seja de idosos, crianças ou pessoas em situação de vulnerabilidade, o que historicamente foi imposto às mulheres [6].

No contexto da academia, a problematização da desigualdade entre pesquisadores e pesquisadoras (mulheres mães) tem sido feita pelo movimento *Parent in Science*. A chegada da pandemia acirrou as desigualdades de gênero, apontando como as mulheres seguem sendo delegadas à posição de principais cuidadoras. Segundo pesquisa realizada pelo movimento entre abril e maio de 2020 com 15.000 cientistas de ambos os sexos, foram as mulheres com filhos (4,1%) as que menos conseguiram trabalhar remotamente, contrastando com 18,4% das mulheres sem filhos, 14,9% dos homens com filhos e 25,6% dos homens sem filhos. Esse quadro teve impactos nas submissões e publicações de artigos, sobretudo entre as mulheres negras (com e sem filhos) e as mulheres brancas com filhos. Outro dado importante é que são sobretudo as mulheres com filhos pequenos as que possuem a maior dificuldade de manter a produtividade [7]. Nossas experiências como mães de filhos pequenos mostravam como eles exigiam atenção integral, dificultando a dedicação à pesquisa e escrita, ações que também demandam tempo e concentração.

¹ Instituto Federal de Brasília, candida.alves@ifb.edu.br

² Instituto Federal de Brasília, sonia.hamid@ifb.edu.br

A opressão da divisão sexual do trabalho, cuja origem, tão bem descrita por Silvia Federici [8], remonta à caça às bruxas medieval, tem se refinado nos tempos atuais. É nas entrelinhas que se observa ainda a naturalização da mãe como responsável última pela educação da criança, tarefa à qual deve se dedicar com amor e abnegação. Nessa lógica, a escola aparece como um favor eventual do Estado, que, sempre que não for possível, pode deixar de ser concedido. Uma ocorrência em reunião virtual da escola sobre o retorno às aulas exemplifica isso. Uma mãe desabafa que não aguenta mais cuidar da criança sozinha e tentar trabalhar. Diante de suas falas reiteradas, o comentário da diretora é: "Alguém quer adotar o filho dela?" A mãe, triste: "Não é isso que eu quero, eu só quero conseguir trabalhar". Ora, o que está embutido na fala da diretora? Que uma mãe que quer o filho em período integral na escola para trabalhar não quer mais ser mãe, não ama seus filhos.

Similar a esse raciocínio e igualmente sutil foi a argumentação, que povoou a internet, de que escolas não são depósitos de crianças. A frase popularizada no Twitter dizia: "O professor desde o início da quarentena não parou um minuto de trabalhar. Só que muita gente confunde o trabalho do educador com o de cuidador presencial. Isso diz muito sobre como a sociedade brasileira vê a escola como um depósito".

Nós, autoras deste texto, vivenciamos na pele a realidade do professor que não parou de trabalhar; por outro lado, a frase incomoda. Em outros tempos, seria inegável a pertinência da reflexão de que escolas não devem ser entendidas como depósitos. Como argumento para que as escolas permanecessem fechadas, entretanto, apresentou-se como mais uma violência às mulheres. Não queremos dizer com isso que não houvesse argumentos pertinentes de saúde pública para que as escolas ficassem fechadas, mas a polarização do debate sobre o fechamento/reabertura das escolas não comportou a complexidade do cenário.

Se defender as escolas fechadas foi um discurso repleto de sentido diante do elevado risco de contágio, esse sentido precisou ser questionado quando a sociedade viu bares reabertos, shoppings lotados e as escolas ainda fechadas. Na radicalização do debate, as mães permaneceram não vistas e não ouvidas, sem agentes públicos que auxiliassem na resolução de uma equação complexa, tarefa impossível para qualquer indivíduo isolado.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), veiculada em jornal em setembro de 2020 [9], permitiu vislumbrar as consequências disso. O título da reportagem explicita: "Com creches fechadas na pandemia, participação de mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990". Ao atingir a marca de 46,3%, observou-se queda ao patamar mais baixo dos últimos 30 anos. Dentre as trabalhadoras, a participação daquelas com filhos até 10 anos regrediu de 58,3% para 50,6%, do segundo trimestre de 2019 para o mesmo período em 2020.

Em Brasília, as escolas particulares foram autorizadas a funcionar em setembro de 2020. As escolas públicas permaneceriam fechadas até meados do ano seguinte. A pressão econômica dos empresários do ramo educacional falou alto para mobilizar tal medida, ao passo que, pelas crianças atendidas pelo serviço público e suas mães, ninguém intercedeu. Mais uma vez, não menosprezamos a realidade dos professores expostos ao risco de contágio, mas entendemos também que é extremamente sintomático da sociedade patriarcal na qual vivemos, que as mulheres ocupem o último lugar na lista de prioridades dos agentes públicos. Nesse contexto, não podemos deixar de pensar que essa sobrecarga que as mulheres da classe média sentiram é uma constante na vida das mulheres periféricas, que sempre trabalharam fora, cuidaram de suas casas e de seus filhos [10].

Considerações Finais

O cenário prolongado da pandemia e suas repercussões nas vidas das mulheres se apresentaram, aparentemente, como um imbróglio, sem luz no fim do túnel. Mas há soluções possíveis, que passam, necessariamente, pela coletividade e pela presença do Estado, por meio da formulação de políticas públicas que tentem dar conta da complexidade da equação social.

O que sentimos, ao longo desse período, foi que, diante da total ausência de redes de apoio familiares e institucionais, as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas com acúmulos de funções e responsabilizadas pelos cuidados dos filhos. No contexto pandêmico, pôde-se notar o

¹ Instituto Federal de Brasília, candida.alves@ifb.edu.br

² Instituto Federal de Brasília, sonia.hamid@ifb.edu.br

reforço das estruturas patriarcais que naturalizam o cuidado como constituinte do feminino.

Referências e notas

[1] GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. **Mediações**, v. 23, n. 3, p. 70-102, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34318/pdf>. Acesso em: 26/02/2021.

[2] BERTELLI, Edilane; MOSER, Liliane; GELINSKI, Carmem Rosario Ortiz Gutierrez. Famílias, mulheres e cuidados: efeitos da pandemia de Covid-19 no estado de Santa Catarina. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p.35-54, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/11335/6590>. Acesso em: 29/05/2021.

[3] GAMA, Andreia Souza. **Trabalho, Família e Gênero: Impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

[4] BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (orgs.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000, p.733-768.

[5] GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.5872>. Acesso em 11/11/2021.

[6] Gênero e Número. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. Disponível em: <http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

[7] Parent in Science. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 19/09/2020.

[8] FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

[9] Com creches fechadas na pandemia, participação de mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/05/com-creches-fechadas-na-pandemia-participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-desde-1990.ghtml>. Acesso em: 05/09/2020.

[10] DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Sobrecarga materna; pandemia; docência; autoetnografia

¹ Instituto Federal de Brasília, candida.alves@ifb.edu.br

² Instituto Federal de Brasília, sonia.hamid@ifb.edu.br